

UMA NOVA ALCÁCER QUIBIR: QUESTIONAMENTOS DO DISCURSO IMPERIALISTA EM DOIS POEMAS DE MANUEL ALEGRE

Rachel HOFFMANN*

■ **RESUMO:** Este trabalho é fruto de um estágio de pós-doutorado que tinha como foco estudar os poemas de *O canto e as armas* (1967), de Manuel Alegre, pelo viés da ironia e da paródia. Naquela altura, suspeitávamos que o uso desses procedimentos possibilitava o questionamento em torno de mitos forjadores da identidade portuguesa. Devido a isso, selecionamos, como norteadora desse trabalho, a teoria desenvolvida por Linda Hutcheon sobre o discurso irônico e seus recursos correlatos, presente no livro *Uma teoria da paródia* (1985). Além disso, utilizamo-nos dos estudos de Eduardo Lourenço sobre identidade portuguesa, inseridos nas obras *Mitologia da saudade* (1999) e *Nós e a Europa ou as duas razões* (1988). Para o artigo, escolhemos analisar os poemas “A batalha de Alcácer Quibir” e “As colunas partiam de madrugada”. O primeiro deles retoma o conflito que marcou a morte do rei D. Sebastião, o que significou, para Portugal, uma nova anexação à Espanha. O segundo evoca uma batalha ocorrida entre Portugal e Angola, na luta dessa última nação por sua independência. A presença da figura de D. Sebastião, bem como a outros textos da tradição, opera uma intertextualidade com o evento histórico ao mesmo tempo em que marca um posicionamento crítico frente à transformação da personagem em um mito. A utilização de procedimentos semelhantes nos dois textos aproxima e sugere o fracasso advindo da posição portuguesa nos dois conflitos bélicos.

■ **PALAVRAS-CHAVE:** Manuel Alegre. Identidade portuguesa. Mito. Paródia.

Introdução

Em novembro de 2016, iniciei meu estágio de pós-doutorado com o projeto de título “A identidade portuguesa em *O canto e as armas* de Manuel Alegre”. Naquele momento escrevi um projeto, fruto de pesquisas anteriores. Essas pesquisas giravam em torno principalmente das ideias de paródia e ironia, que foram retomadas posteriormente nesse novo trabalho.

* UNIESP – União das Instituições Educacionais de São Paulo – FAIMI – Faculdade de Mirassol. Mirassol – São Paulo – Brasil. 15130-000 – rachel.hoffmann@gmail.com.

Nessas pesquisas, segui o percurso teórico de autores como Linda Hutcheon. Esta, direcionando-se aos estudos de procedimentos correlatos ao irônico, em *Uma teoria da paródia* (1985), focaliza as relações entre ironia e paródia. Desse modo, a autora considera a ironia como o recurso retórico que denuncia a dramatização da paródia, isto é, a ironia é um índice que permite a visualização da distância crítica e a percepção dos textos envolvidos no processo paródico, ou, em outras palavras, a ironia pode ser vista como um microcosmo da paródia, pois ela opera semanticamente o que a paródia realiza textualmente.

Na ironia, então, pensa-se em termos de significados implícitos e explícitos e, na paródia, em termos de um texto atual transformado e um texto fonte. A autora acrescenta também que os dois recursos se fazem pela sobreposição de dois níveis: um superficial e explícito e um secundário ou implícito, mostrando “um caráter duplo tanto da forma como do efeito pragmático” (HUTCHEON, 1985, p. 51).

Hutcheon conceitua a paródia como “uma forma de imitação caracterizada por uma inversão irônica, nem sempre às custas do texto parodiado [...], [uma] repetição com distância crítica” (1985, p. 28), e aponta diferentes graus de ironia na paródia. Desse modo, afirma que, pela não obrigatoriedade de ridicularização de um texto fonte, existem “paródias a sério”, ou seja, paródias que não são cômicas, mas que pela sua ironia marcam um distanciamento crítico. Assim, a paródia pode ser “uma crítica séria” ou “uma alegre e jovial zombaria de formas decodificáveis” (1985, p. 28).

A estudiosa canadense problematiza a subversão da paródia diante do texto parodiado como um paradoxo que produz tanto o questionamento quanto a elevação daquele, em outras palavras, na paródia identifica-se a repetição com diferença, uma releitura que se realiza por meio de uma visão crítica, nem sempre pejorativa, sobre o texto fonte. A paródia representa, então, simultaneamente, uma ruptura e uma continuidade, pois exige que o leitor reconheça os textos do passado, admitindo sua importância cultural, mas seja obrigado a reinterpretá-los e ressignificá-los.

Quando escrevi o projeto de pós-doutorado, o objetivo geral era verificar as formas de utilização da ironia e da paródia em textos da literatura portuguesa, bem como a evocação e análise crítica de eventos da história de Portugal, procedimentos que, juntos, operam o questionamento de certos mitos lusos, como o mito do sebastianismo, por exemplo. Esses procedimentos, para nós, pareciam funcionar como estratégias de reelaboração da identidade portuguesa no livro *O canto e as armas* (1967), de Manuel Alegre.

Como objetivos específicos, o pós-doutorado, realizado naquela época, previa: a) observar as implicações de sentido providas da relação entre o uso dos recursos citados e a identidade portuguesa, b) verificar as possíveis relações entre a abordagem da identidade portuguesa nesses termos e o contexto sócio-histórico em que se situa o poeta.

A metodologia seguia a linha das pesquisas bibliográficas em que se fazem leituras de livros e artigos para posterior análise do *corpus*. A partir de minhas pesquisas, pude fazer um levantamento teórico do problema.

Na primeira parte do desenvolvimento deste artigo, reitero a importância do conceito de identidade, de identidade portuguesa e de mito. Na segunda, acrescento alguns apontamentos teóricos de críticos que se detiveram a estudar a obra de Manuel Alegre, bem como me dedico à leitura de dois poemas do livro *O canto e as armas*, intitulados “A batalha de Alcácer Quibir” e “As colunas partiam de madrugada” .

Identidade, identidade portuguesa e mito

O conceito de identidade é bastante controverso, por isso, faço uma problematização dele e, posteriormente, discuto especificamente as questões em torno do ser português. Para isso, utilizo primeiramente das contribuições de Zygmunt Bauman e Stuart Hall sobre o conceito de identidade e depois das reflexões de Eduardo Lourenço acerca da identidade lusa.

Bauman afirma que a identidade não pode ser mais vista como um elemento acabado, mas sim como algo construído e reconstruído ao longo da vida. No entanto, como ele coloca, antes era comum associarmos nossa essência ao local em que nascemos, ou seja, antes, o indivíduo era julgado, entre outros elementos, a partir de sua origem, o que hipoteticamente lhe concedia determinadas características.

Segundo o mesmo autor, essa relação entre nascimento e pertencimento, entretanto, sempre fora uma fantasia, ilusão criada pelo Estado moderno para legitimar a exigência de subordinação incondicional de seus indivíduos. Com isso, o estudioso quer dizer que o Estado precisava criar essa espécie de ilusão para garantir a obediência de seus conterrâneos.

Seguindo uma perspectiva em parte semelhante à de Bauman, notei que Hall, no livro *A identidade cultural na pós-modernidade* (2006), mais especificamente no capítulo 3, intitulado “As culturas nacionais como comunidades imaginadas”, explora o fato de que a identidade nacional é construída a partir de interesses de um Estado-nação. Ele inicia esse capítulo dizendo que “as culturas nacionais em que nascemos se constituem em uma das principais fontes de identidade cultural” (HALL, 2006, p. 47). Com isso, ele defende que normalmente nos identificamos como brasileiros, portugueses ou angolanos sem nos questionarmos muito quanto às implicações ideológicas disso.

Como o autor esclarece, no entanto, “as identidades nacionais não são coisas com as quais nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da *representação*” (HALL, 2006, p. 48). Ao utilizar a palavra “representação”, Hall entende que uma cultura nacional é um discurso contido em histórias que são contadas sobre a nação e que, como tal, constroem determinados sentidos.

A partir dessa constatação, ele busca definir quais as estratégias representacionais ativadas para construir um senso comum sobre o pertencimento e a identidade nacional e chega a cinco elementos principais. O primeiro deles, e, para mim, o mais importante, é o de que existe uma narrativa da nação que é contada e recontada nas histórias e nas literaturas nacionais, bem como na mídia e na cultura popular. Segundo o intelectual (2006, p. 52), essa narrativa “dá significado e importância à nossa monótona existência, conectando nossas vidas cotidianas com o destino nacional que preexiste a nós e continua existindo após a nossa morte”.

Em meu estudo, observei que alguns aspectos trabalhados por Bauman (2006) e Hall (2006) são, de alguma forma, retomados pelo filósofo português Eduardo Lourenço, autor que tem se dedicado a estudar a criação de imagens do ser português ao longo do tempo. A reflexão desse intelectual encontra-se dispersa em diversas obras. Por conta disso, baseei-me em alguns de seus livros para construir meus argumentos.

Eduardo Lourenço, em textos como “Portugal como destino – dramaturgia cultural portuguesa” (1999), entende, por exemplo, que a realidade de um povo é fruto de uma História. No entanto, o que dá sentido a esse percurso histórico não é o acúmulo de conhecimento sobre os eventos do passado, mas sim a ficção que se faz deles. Entendido de outra maneira, são os mitos de um povo, mitos esses forjados ao longo do tempo, que darão significados à sua identidade. Para Lourenço, é pela ficcionalização desses que melhor poderíamos compreender as imagens que os portugueses fazem de si mesmos.

Desse modo, podemos entender que Lourenço defende uma concepção positiva de mito, no sentido de que o estudo deste permite a compreensão da maneira pela qual um povo pode se enxergar. Por outro lado, outros estudiosos desse fenômeno, como Barthes, têm outra opinião. Para analisar o funcionamento do mito, Barthes se baseia na semiologia e frisa que no processo de significação daquele se interligam três elementos: o significante, o significado e o signo. No entanto, como Barthes ressalta, esse processo se constrói a partir de uma cadeia semiológica que existe antes dele, assim, o mito, como ele define, é um sistema semiológico segundo.

Como é construído dessa maneira, seu significante apresenta ao mesmo tempo sentido e forma; o primeiro, entre esses dois elementos, é paulatinamente esvaziado, realizando-se um apagamento dos valores, da história e da geografia associados à sua origem. O que se reafirma, então, após esse apagamento, é uma nova significação (BARTHES, 1972, p. 139). No entanto, apesar de perder sua história, o sentido permanece somente para servir ao mito.

Para o semiólogo (1972, p. 163), a função do mito é transformar uma intenção histórica em natureza. E ele completa sua reflexão dizendo:

É possível completar agora a definição semiológica do mito na sociedade burguesa: *o mito é uma fala despolitizada* [...] o mito não nega as coisas; a

sua função é, pelo contrário, falar delas; simplesmente, purifica-as, inocenta-as, fundamenta-as em natureza e em eternidade, dá-lhes uma clareza, não de explicação, mas de constatação [...] O mito [...] abole a complexidade dos atos humanos [...] organiza um mundo sem contradições, porque sem profundidade [...] cria uma clareza feliz: as coisas parecem significar sozinhas, por elas próprias. (BARTHES, 1972, p. 164)

Verificamos, portanto, que o conceito de mito para Lourenço é produtivo, revelador, e, para Barthes, petrificador, limitante. É interessante raciocinarmos sobre esse fato. Na verdade, a literatura faz-se a partir de uma cadeia semiológica segunda, faz-se, pois, por exemplo, pelo uso da metáfora, da ironia e da paródia. Nesse sentido, pode-se entrever a possibilidade de o discurso literário, ao utilizar-se de uma linguagem de tal natureza, acabar, pela repetição e diferença de formas que lhe são próprias, desmascarando o discurso normatizado do clichê e da ideologia.

Pois bem, voltando a Lourenço, observamos que ele, recuperando alguns momentos da história de Portugal e elencando alguns aspectos da cultura portuguesa, irá afirmar que a primeira identidade daquela pequena nação se dá no momento interpretado como o de sua fundação. Nesse momento, Portugal, ou antes o Condado Portucalense, irá se posicionar contra o Reino de Leão e Castela, futura Espanha, e a presença muçulmana.

A partir da batalha de Ourique, Portugal é o primeiro reino da península a libertar-se da presença do Islão. Esse fato constrói para aquele país uma identidade relacionada à ideia de reino cristão. Lourenço compreende que para alguns custa a entender como só Portugal, uma estreita faixa da península, constituiu-se e manteve-se ao longo de oito séculos.

A aparente ausência de explicação para esse fato despertará, no espírito português, um sentimento profundo de fragilidade nacional, bem como o seu reverso: a ideia de que essa fragilidade é um dom (LOURENÇO, 1999, p. 91). Segundo Lourenço (1999, p. 91) a ideia de que a fragilidade de Portugal é uma dádiva divina é uma constante da mitologia cultural portuguesa. Como assevera o intelectual, a sacralização das origens não é incomum na mitologia dos povos. O que seria novo é o povo português crer-se o povo da predileção divina, ou ainda, como ver-se a si mesmo como a própria imagem de Cristo.

Outro momento de criação de identidade é forjado, bem mais tarde, com os descobrimentos e suas consequências. Nessa época, Portugal passou a entender-se como dois: o espaço da metrópole e o espaço das colônias. A partir daí inaugura-se miticamente o tempo imperial português e aquele pequeno país começa a se enxergar como uma autêntica grande nação. Esse evento histórico e sua leitura é tão marcante que Lourenço afirma, em outro texto seu (1988, p. 11), que nenhum desmentido brutal do presente apaga a “espécie de bilhete de identidade íntimo”

que cada português traz no bolso interior da sua alma: “o fato de ter descoberto e batizado a Terra, de Cabo Verde à Índia, do Estreito de Magalhães às Filipinas”.

Historicamente esse tempo imperial mítico português terá sua ruptura a partir do advento da batalha de Alcácer Quibir. Nas palavras de Lourenço (1999, p. 96-97):

[...] nos fins do século XVI, um Portugal que entretanto explorara durante um século a costa africana, dobrara o Cabo da Boa Esperança e se instalara frutuosamente na Índia, tornando-se a primeira grande potência colonizadora europeia, perde em um único combate o seu jovem rei, d. Sebastião, e põe em perigo uma independência política velha de mais de quatro séculos.

Sobre esse evento, Lourenço irá constatar que, quase sem transição, Portugal passa de sujeito de sua própria história para entrar num tempo de apagamento político a partir de sua reintegração à Espanha. Durante sessenta anos, Portugal se transformará de ilha imperial gloriosa em ilha perdida à espera da ressurreição do seu passado intacto (LOURENÇO, 1999, p. 97). Quando Lourenço refere-se a um retorno do passado português, ele está nos remetendo, na verdade, ao sebastianismo, que era a crença no retorno do jovem rei Sebastião desaparecido na batalha de Alcácer Quibir. Essa crença pode ser entendida como um movimento de compensação frente à imagem de subalternidade que irá se formar de Portugal perante a Espanha.

A interpretação do sebastianismo é bastante complexa. Por um lado, pode-se afirmar, conforme aponta Megiani (2003, p. 20), que o mito da espera de um salvador é conhecido e cultivado por muitas culturas, cabendo aos estudiosos interpretar o porquê de seu (re)aparecimento e das mudanças na matriz mítica. Por outro, segundo a mesma crítica (2003, p. 22), os estudos sobre o sebastianismo demonstram que ele é uma crença de longa duração, repercutindo em obras portuguesas de cunho tanto erudito quanto popular.

Para Megiani, o mito do sebastianismo ganhou força a partir da tentativa da construção de uma imagem de D. Sebastião muito próxima da de D. Afonso Henriques. Nessa construção de imagens, o pensamento mítico interferiu na memória linear criando outra interpretação dos acontecimentos. Nesse sentido, segundo a autora, o século XVI teria encontrado nas narrativas do passado elementos para interpretar o presente e projetar um futuro, identificando as figuras de D. Sebastião com D. Afonso Henriques.

A historiadora relembra que, em uma narrativa do ano de 1570, conta-se que, quando tinha 17 anos de idade, o rei D. Sebastião fez uma visita à cidade de Coimbra e hospedou-se no Mosteiro de Santa Cruz, fundado por D. Afonso Henriques em 1131. Lá, D. Sebastião conhece as armas que supostamente teriam

pertencido a esse último, que era comandante das guerras de independência do Condado Portucalense contra os reinos de Leão e Castela em 1139.

Oito anos depois, quando decidiu lutar na África, D. Sebastião teria escrito para o prior do Mosteiro de Santa Cruz pedindo as armas de D. Afonso Henriques como amuleto de batalha. O prior, como combinado, teria enviado as armas, que foram transportadas posteriormente de Lisboa para a África a fim de servir ao rei D. Sebastião. No entanto, tendo o rei morrido em batalha e tendo retornado as armas ao mosteiro, houve relatos de que elas teriam sido esquecidas no navio quando as tropas desembarcaram na África.

Essa história narra o fato de que D. Sebastião teria procurado proteção na espada e no escudo pertencentes a D. Afonso Henriques, numa tentativa de recuperação das glórias de um antepassado muito distante (MEGIANI, 2003, p. 92). Essas glórias se relacionam às atribuições do mito em torno de D. Afonso Henriques: a de que ele teria empreendido uma guerra santa, teria sido um cavaleiro e teria representado uma resistência à ocupação espanhola (MEGIANI, 2003, p. 92). Para Megiani (2003, p. 107):

Alcácer-Quibir poderia ter sido uma batalha idêntica à de Ourique, pois para seus líderes tinha o mesmo objetivo – combater o avanço mouro. Assemelha-se, assim, a um rito, que se restabeleceria no presente de 1578 a intervenção divina de 1139, projetando para o futuro as glórias que se sucederam à aclamação de D. Afonso Henriques. Mas os objetos simbólicos – a espada e o escudo – foram esquecidos, e da mesma forma o reino parece ter sido esquecido por Deus, permitindo a derrota do exército português, numericamente menor como da primeira vez.

Megiane (2003, p. 107) acrescenta, no entanto, que o mito não fora derrotado, pois no lugar do Desejado colocou-se o Encoberto. A autora explica que a alcunha de Desejado foi dada a D. Sebastião pois, antes mesmo de nascer, ele era aguardado com ansiedade pelo povo e pela corte, já que, se ele não tivesse sido gerado, a sucessão da coroa seria espanhola e não portuguesa. Conta-se ainda que, por ter nascido no dia de São Sebastião, o rei recebeu o nome do santo que, segundo a devoção popular europeia, teria sido mutilado pelos muçulmanos nas cruzadas.

D. Sebastião, por outro lado, receberia a alcunha de Encoberto pois retornaria, como os outros reis dos mitos de tradição messiânica, do meio das brumas, de uma ilha, um lugar desconhecido para fundar um Novo Império e uma nova Era de Ouro Portuguesa.

Muitos anos depois, segundo Eduardo Lourenço (1999), durante o Estado Novo português, negou-se a vinculação de Portugal a uma suposta vocação colonial até um determinado momento: quando a nação lusa fora ameaçada de perder Goa, uma de suas colônias, situada na Índia. Então novamente o Estado português assume

uma feição imperialista. O governo de Salazar também se sustentou, em parte, pela exploração das colônias da Ásia e da África até que as guerras de independência realizadas por estas foram criando uma crise política de graves consequências para os países envolvidos.

A fortuna crítica em torno de Manuel Alegre e a Análise dos poemas “A batalha de Alcácer Quibir” e “As colunas partiam de madrugada”

Manuel Alegre de Melo Duarte nasceu em 12 de maio de 1936, em Águeda. Durante a fase adulta, sua tomada de posição sobre a ditadura e a guerra colonial teve como consequência seu envio para o serviço militar em 1961¹. Em 1962, segundo site próprio, é mobilizado para Angola, onde dirige uma tentativa pioneira de revolta militar. Em 1963, é preso pela PIDE (Polícia Internacional e de Defesa do Estado) em Luanda.

Seus primeiros dois livros, *Praça da Canção* (1965) e *O canto e as armas* (1967), foram apreendidos pela censura. Para nós, os dois livros que mais parecem questionar as imagens acerca da identidade portuguesa a partir da mobilização de mitos são: *O canto e as armas* (1967) e *Atlântico* (1981).

Segundo Ferreira (2001, p. 9), Manuel Alegre tem sido catalogado como o “poeta da guerra colonial” ou ainda como “o poeta da resistência e da revolução”. No entanto, o autor português se distingue dos outros poetas opositores do regime salazarista por entender, por exemplo, a guerra colonial como um novo Alcácer Quibir, uma batalha vinda de uma ideologia imperialista, a qual levaria Portugal ao fracasso. Para Ferreira (2001, p. 14), a guerra colonial, o drama dos emigrantes e as vicissitudes do exílio são abordados não só nas primeiras, mas também em todas as outras obras de Manuel Alegre.

Ferreira (2001, p. 16) afirma que a identidade é abordada em Manuel Alegre não apenas pela focalização da história de Portugal, mas também pela preferência de temas como a busca, a errância e a insatisfação constante, as quais cercam o questionamento sobre a essência do ser português. Segundo Ferreira (2001, p. 16), na poesia de Manuel Alegre, “a par dos momentos mais intimistas e líricos, não deixa de haver solidariedade, ou mesmo identificação com a ideia de pátria e com o próprio povo português”.

Mário Cesar Lugarinho, em seu livro *Manuel Alegre - mito, memória e utopia* (2005), dedica-se a analisar os textos do poeta, relacionando-os a reflexões sobre os limites, semelhanças e diferenças entre literatura e história. Ele ainda aborda a aproximação entre literatura e história dentro do contexto português, além de pesquisar sobre as condições de produção dos poemas do autor referido. Posteriormente, Lugarinho segue “vectores de sentido” da obra de Alegre, como o

¹ Cf. www.manuelalegre.com.

mito, a memória, a história e a utopia, recorrentes na produção daquele escritor. Por fim, o crítico chega à conclusão de que a poética daquele faz da História um objeto de investigação, principalmente em sua primeira fase.

Entre outros aspectos, Lugarinho estuda o contexto de produção de Alegre e afirma que a época de publicação de *Praça da Canção* (1965) foi decisiva para o regime ditatorial de Salazar. O governo autoritário começava a entrar em decadência devido a vários fatores, como a disputa interna pelo poder e a eclosão da Guerra de Independência das colônias africanas.

Antes disso, durante quase cinquenta anos, o salazarismo assentou-se na divulgação da imagem do seu líder político como alguém que se dedicava de maneira extraquotidiana à santidade, à heroicidade e à exemplaridade (LUGARINHO, 2005, p. 52). Nas palavras de Lugarinho (2005, p. 52): “Salazar soube, decididamente, aproveitar-se de um carisma criado que se sustentava sobre sua exemplaridade de *professor e homem de origem humilde* identificado com as causas portuguesas”.

Nesses tempos, Salazar promovia a identificação entre Estado e Nação e captava a adesão nacional a partir de elementos da realidade imediata, como Deus e a religião, a Pátria e a História, a autoridade e o prestígio (LUGARINHO, 2005, p. 53). Conforme constata Lugarinho (2005, p. 53), o conceito de Nação que a ditadura propunha estava ligado à ideia de predestinação e missão a cumprir. Além disso, o pacto colonial, desenvolvido pelo Estado, fazia referência ao Império Colonial ao mesmo tempo em que Portugal assumia novamente a função missionária, a tarefa civilizadora junto aos povos dominados (LUGARINHO, 2005, p. 53).

Segundo Lugarinho (2005, p. 55-56), para que o Estado Novo sobrevivesse, foi necessário que se recontasse o passado, que a memória fosse recomposta segundo os interesses da ditadura; essa foi uma maneira pela qual Salazar pretendia que o passado português “não pesasse demasiado sobre o presente”.

O vínculo do Estado Novo com o ideal imperialista, entretanto, teve outra consequência: a de fazer com que o destino do governo ditatorial se ligasse ao destino das colônias. Desse modo, quando ocorreram as primeiras rebeliões contra o domínio português em Luanda e, depois, quando os portugueses lá instalados começaram a voltar, iniciou-se a decadência do regime que havia nascido em 1926.

Para Lugarinho (2005, p. 57), com o declínio do Estado Novo, tornou-se propícia a indagação sobre a forma como a História de Portugal vinha sendo contada, o que podia ser visto nas novas manifestações literárias que confrontavam o discurso oficial português. Para o mesmo crítico, Manuel Alegre começou a escrever numa época favorável ao seu discurso.

O primeiro poema de Manuel Alegre (2000, p. 172) escolhido para análise em nosso trabalho é “A batalha de Alcácer Quibir”:

A batalha de Alcácer Quibir

As armas ferem de morte o cavalo branco
E caem as armas do rei no branco areal.
Sob as armas que o ferem o cavalo branco
Cai por cima das armas vencidas do rei.
E há uma rosa de sangue no branco areal

As armas ferem de morte as armas do rei.
Cai o cavalo branco no branco areal.
Sob as armas que as ferem as armas do rei
Caem vencidas por baixo do cavalo branco.
E há uma rosa no branco do areal de sangue.

As armas ferem de morte as armas e o branco
Do rei do cavalo que caem no branco areal.
Sob as armas que os ferem as armas e o branco
Caem vencidas por cima do rei debaixo do cavalo.
E há uma rosa de sangue do areal de branco.

Na rosa de sangue das armas vencidas
Que caem no branco do branco areal
Sob as armas que ferem é mais do que um rei
Quem assim cai. É mais que um cavalo branco:
Quem cai assim vencido é Portugal.

Verificamos, a partir do título, que ele se refere a um acontecimento histórico marcante para a história portuguesa: a morte de D. Sebastião na batalha de Alcácer Quibir.

Com relação à forma do poema, o que primeiro nos chama atenção é a sua redundância. O primeiro verso da primeira estrofe é repetido parcialmente no início da segunda e da terceira estrofe “As armas ferem de morte”. Nas estrofes 1, 2 e 3, o verso de número três também é parcialmente semelhante, o que se expressa do seguinte modo: “Sob as armas que (o/as/os) fere(m)”. Por outro lado, versos de número dois das três primeiras estrofes são terminados por “no branco areal” e o quarto verso das três primeiras estrofes também é iniciado pelo verbo “cair”. Além disso, o último verso da primeira estrofe é repetido parcialmente no final das duas estrofes seguintes “E há uma rosa [...] em”.

A mudança nessa forma de se esquematizar do poema é vista principalmente nos versos finais da última estrofe, que pode ser entendida como uma espécie de

conclusão: “é mais do que um rei/quem assim cai./ É mais do que um cavalo branco: quem assim cai vencido é Portugal”.

Pelo modo como é construído, o poema passa a ser visto como um jogo de montar, em que alguns signos são repetidos, como os substantivos “armas”, “areal”, “rosa” e os verbos “cair”, “ferir”. Os signos “areal” e “rosa” nos remetem, por sua vez, aos textos “D. Sebastião” e “O encoberto”, presentes na terceira parte do livro *Mensagem*² (2002, p. 51), de Fernando Pessoa. Esses poemas também têm sua temática ligada à morte e ao possível retorno do rei português:

Primeiro/ D. Sebastião

Esperai! Caí no areal e na hora adversa
Que Deus concede aos seus
Para o intervalo em que esteja a alma imersa
E os sonhos que são Deus.

Que importa o areal e a morte e a desventura
Se com Deus me guardei?
É O que me sonhei que eterno dura
É Esse que regressarei.

Quinto/ O encoberto

Que símbolo fecundo
Vem na aurora ansiosa?
Na Cruz Morta do Mundo
A Vida, que é Rosa.

Que símbolo divino
Traz o dia já visto?
Na Cruz, que é o Destino,
A Rosa, que é Cristo.

Que símbolo final
Mostra o sol já desperto?
Na Cruz morta e fatal
A Rosa do Encoberto.

² O livro *Mensagem*, de Fernando Pessoa, foi publicado pela primeira vez em 1934, mas utilizamos a publicação de 2002, da Martin Claret, para fazer esse trabalho.

Em “D. Sebastião”, tal como ocorre no poema de Alegre, teatraliza-se o momento da queda do rei, bem como sua morte. No entanto, o texto termina com o anúncio de um possível retorno do monarca. Já no poema “O encoberto”, relaciona-se a imagem do encoberto com a de Jesus, remetendo-se à rosa, símbolo de Cristo.

Verifica-se, então, que, nos dois poemas de Pessoa, se indicia a ligação entre a imagem de D. Sebastião e a imagem de Jesus. Isso porque crê-se que Cristo ressuscitou depois de morto e que, na religião católica, retornaria para salvar os que acreditam, enquanto, na crença sebastianista, o rei retornaria para libertar a nação portuguesa do jugo espanhol.

Voltando ao texto de Alegre, vemos que, além de remeter àquelas duas imagens outrora referidas, a do areal e da rosa, notadas também no texto de Pessoa, ainda estão presentes nele outras imagens, principalmente referentes a cores. Existe, por exemplo, a alusão à cor vermelha do sangue derramado no deserto, mas também há a menção à cor branca, ligada por vezes, no poema de Alegre, ao cavalo e ao areal.

Refletindo sobre isso poderíamos propor uma nova relação entre o poema de Alegre e os de Pessoa. Lembrando que esses últimos estão inseridos numa seção do livro *Mensagem* chamada “Símbolo”, podemos pensar no quanto os símbolos do areal, da rosa, das armas e de D. Sebastião reiterados, mesmo que indiretamente, nos textos dos dois poetas se repetem na história e na literatura portuguesa.

Por outro lado, ao pensar no poema de Alegre, verificamos que a voz que se enuncia no texto faz com que liguemos a sua ação de afirmar, por muitas vezes, vocábulos, ou trechos de versos semelhantes, a uma espécie de ladainha. De forma semelhante com o que ocorre naquela, as palavras repetidas pelo eu lírico vão perdendo seu sentido histórico no decorrer do poema. A cor branca constantemente reiterada indicaria esse mesmo processo, o processo de esvaziamento do signo, de apagamento de seus sentidos cristalizados.

Há, portanto, um jogo, no poema, de afirmação e negação. Em uma primeira leitura, retomam-se os símbolos do passado: D. Sebastião, as armas, a queda, o sangue, a rosa, o areal, mas, em um segundo momento, por sua repetição incessante, eles vão perdendo o valor. Poderíamos crer que o poema, em seu modo de fazer, performatiza também a própria repetição desse mesmo discurso, ou seja, o do retorno do jovem rei ao longo da tradição portuguesa.

Essa operação nos faz perguntar, por outro lado, qual o novo sentido que aqueles símbolos adquirem, isto é, faz-nos questionar o motivo pelo qual eles são novamente aludidos no contexto de publicação do poema.

Nessa direção, sabe-se que, durante a autocracia salazarista, o ditador construiu, por meio de seus discursos, uma autoimagem, bem como uma imagem do país, bastante distantes do real. Conforme Gil (1995, p. 23), esses discursos propagavam a ideia de salvação, “do destino e da grandeza da Nação”, retomando as grandes sagas mitológicas: vulnerabilidade e desordem, caos e morte, momento de viragem e renascimento. Por outro lado, o mesmo ditador recupera nas suas manifestações

públicas a imagem do império português a fim de justificar sua política imperialista, política que encontra respaldo na suposta vocação colonizadora portuguesa.

A temática imperial é referida indiretamente no poema “A batalha de Alcácer Quibir” e se estende ao segundo poema por nós escolhido para a análise, denominado “As colunas partiam de madrugada” e localizado em uma seção do livro escrito por Alegre intitulada “Continuação de Alcácer Quibir”. Do mesmo modo, esse tema é insinuado pela própria forma de organização do livro *O canto e as armas*, o qual, além de recuperar pelo seu título as epopeias de Virgílio e Camões, ainda é dividido em cantos.

Em nossa leitura, defendemos que, no poema já analisado por nós, se faz uma invocação a um passado longínquo, o qual é presentificado pelos textos seguintes, situados no canto posterior. Também, para nós, o texto que vem imediatamente depois dele, “As colunas partiam de madrugada” (2000, p. 174-175), pode ser contextualizado à época em que vive o artista.

O texto em questão é dividido em 6 estrofes de 4 versos cada. Na primeira estrofe, de modo semelhante ao que acontece no poema analisado anteriormente, em uma primeira leitura, enuncia-se uma ação: a saída das colunas de soldados de Luanda em direção ao norte, o que resultaria na aniquilação deles. Nesse movimento, chama a atenção, como no outro poema, a repetição de certos signos como o verbo “partir” e o substantivo “norte”. As duas estrofes seguintes focalizam, assim como na quarta, a origem do movimento sugerido pela primeira, “De Luanda”. Por outro lado, o verbo “partir” novamente é mencionado no início das estrofes de número 4 e 6.

Como visto na leitura do poema anterior, o texto agora focalizado também nos remete a um jogo de montar em que alguns vocábulos são reiterados. Nesse contexto, uma possibilidade de leitura se faz presente: a de que o termo “colunas” não se refiram apenas ao grupo de soldados, mas a algo que sustenta, um alicerce. Desse modo, o sentido do verbo partir também é modificado: ele passa a significar “quebrar”, “romper”.

Seguindo esse raciocínio, somos levados a nos questionar o que são esses alicerces que se rompem, e uma das possibilidades é que eles sejam os próprios discursos que justificam a guerra colonial. A presença da guerra ainda é notada no poema pelo sentido duplo de “colunas”, bem como pela menção à Luanda.

Por outro lado, a localização do poema dentro do livro de Alegre faz com que possamos lê-lo de modo paralelo ao texto “A batalha de Alcácer Quibir”. Essa proximidade, bem como a aproximação em seus modos de se fazer, levam-nos uma vez mais a pensar na questão do esvaziamento do signo como um indício de esvaziamento dos discursos que justificavam a política imperialista.

Nesse sentido, é nesse momento que podemos pensar em ler os poemas como paródias. No primeiro isso é mais claro: retoma-se um discurso histórico, a narração da Batalha de Alcácer Quibir, bem como se refere a textos escritos sob sua temática.

Em “As colunas partiam de madrugada”, recupera-se a narrativa da guerra colonial bem como a memória de Alcácer, o que se insinua pela menção à direção norte. Paralelamente, realiza-se a crítica ao contexto vivido pelo poeta.

Com relação a essa leitura, somos levados a refletir, por exemplo, nos sentidos da palavra “flor” no poema “As colunas partiam de madrugada”, ou seja, nós nos perguntamos o que seria a “flor pisada”. Em um primeiro momento, entendemos que esse elemento qualifica a cidade de Luanda, mas, em outra direção, podemos nos lembrar da “rosa” citada no texto “A batalha de Alcácer Quibir”. Como dito anteriormente, a rosa pode ser símbolo de Cristo; entendemos, portanto, que a flor pisada também possa ser o discurso que justificava a tomada da África: a vocação colonizadora portuguesa, bem como sua suposta missão de evangelizar outros povos.

Considerações finais

Neste artigo, realizou-se a análise de dois textos de Manuel Alegre, nomeados de “A batalha de Alcácer Quibir” e “As colunas partiam de madrugada”, a partir dos pressupostos teóricos sobre ironia e paródia, desenvolvidos por Linda Hutcheon em *Uma teoria da paródia* (1985). Também nos baseamos nos estudos de Eduardo Lourenço sobre a identidade portuguesa, presentes em *Mitologia da Saudade* (1999) e *Nós e a Europa ou as duas razões* (1988), para realizar nossa leitura.

Com relação ao conteúdo, no primeiro poema, há uma recuperação da cena da morte de D. Sebastião na Batalha de Alcácer Quibir, já, no segundo, sugere-se a narrativa do deslocamento de soldados portugueses por Angola no período da Guerra de Independência dessa ex-colônia. Com relação à forma, verificamos a recuperação, em “A batalha de Alcácer Quibir”, para posterior ressignificação de dois textos de Fernando Pessoa, bem como uma forma de se estruturar baseada na repetição dos mesmos signos em lugares diferentes.

Esse modo de se fazer parecido a um jogo de montar também está presente em “As colunas partiam de madrugada”, texto que, pelo fato de estar posicionado logo após o primeiro poema mencionado, mas em um outro “canto” do livro, sugere a correspondência entre essas duas poesias.

Nos dois poemas, conteúdo e forma, juntos, fazem com que o mito do sebastianismo e a ideia de Portugal como nação imperialista ou nação com grande vocação colonizadora sejam questionados, o que deixa entrever o discurso irônico presente nos versos analisados.

HOFFMANN, R. H. A new Alcacer Quibir: questioning the imperialist discourse in two poems by Manuel Alegre. *Itinerários*, Araraquara, n. 52, p. 65-80, jan./jun. 2021

- **ABSTRACT:** *This work is the result of a post-doctoral internship which focused on studying the poems from the book *O canto e as armas* (1967), by Manuel Alegre, mainly addressing irony and parody. At that point, we suspected that the use of such procedures enabled to question myths forging the Portuguese identity. Accordingly, the theoretical framework upon which we base our analyses is provided by Linda Hutcheon in the book *Uma teoria da paródia* (1985), when dealing with ironic discourse and its correlated resources. In addition, we use the studies carried out by Eduardo Lourenço, on Portuguese identity, in the books *Mitologia da saudade* (1999) and *Nós e a Europa ou as duas razões* (1988). In this paper, we analyze the poems “*A batalha de Alcácer Quibir*” and “*As colunas partiam de madrugada*”. The first one takes up the conflict that marked the death of King D. Sebastião, which meant a new annexation of Portugal by Spain. The second one evokes a battle between Portugal and Angola, in the struggle of the latter for its independence. The presence of the figure of D. Sebastião, as well as other texts of the tradition, creates intertextuality with the historical event, indicating, at the same time, a critical positioning in the face of the transformation of the character into a myth. The use of similar procedures in both texts approximates them and suggests the failure arising from the Portuguese position in both war conflicts.*
- **KEYWORDS:** *Manuel Alegre. Portuguese identity. Myth. Parody.*

REFERÊNCIAS

- ALEGRE, Manuel. **Obra poética**. Lisboa: Dom Quixote, 2000.
- BARTHES, Roland. **Mitologias**. Tradução de Rita Buongermino e Pedro Souza. São Paulo: Bertrand Brasil, 1972.
- BAUMAN, Zygmunt. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- FERREIRA, José Ribeiro. **Manuel Alegre: Ulisses ou os caminhos da eterna busca**. Coimbra: Minerva, 2001.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HUTCHEON, Linda. **Uma teoria da paródia**. Tradução de Teresa Louro Pérez. Lisboa: Edições 70, 1985.
- LOURENÇO, Eduardo. **Nós e a Europa ou as duas razões**. 2 ed. Lisboa: Casa da Moeda, 1988.
- LOURENÇO, Eduardo. **Mitologia da saudade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

LUGARINHO, Mário César. **Manuel Alegre**: mito, memória e utopia. Lisboa: Colibri, 2005.

MEGIANE, Ana Paula Torres. **O jovem rei encantado**: expectativa do messianismo régio em Portugal, Séculos XII a XVI. São Paulo: Hucitec, 2003.

PESSOA, Fernando. **Mensagem**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

